

**Icatu Seguros S.A. e controladas**

**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2014 e de 2013**

## **Conteúdo**

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Resumo do relatório do comitê de auditoria	49

# ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 42.283.770/0001-39

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Icatu Seguros S.A. e controladas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Consolidadas e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes.

A Icatu Seguros S.A. e controladas apresentaram lucro líquido de R\$ 215,0 milhões no exercício de 2014, comparado a R\$ 101,8 milhões do ano anterior, reflexo da performance positiva das operações, além do cenário de taxa de juros, resultado de equivalência patrimonial de sua controlada Icatu Capitalização S.A. e suas investidas.

O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 823,3 milhões em 2014, líquidos da distribuição de R\$ 50,0 milhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de março/2014, representando um crescimento de 30% em relação ao ano anterior. A Icatu Seguros S.A. e controladas encerraram o exercício com um volume de ativos livres de R\$ 299,7 milhões.

O faturamento global (\*) atingiu R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão de prêmios emitidos líquidos, R\$ 0,8 bilhão de contribuições de previdência e R\$ 0,7 bilhão de arrecadação com títulos de capitalização.

As reservas técnicas somaram R\$ 10,5 bilhões, sendo R\$ 4,4 bilhões em seguros, R\$ 4,5 bilhões de previdência e R\$ 1,6 bilhão em capitalização.

As reservas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 483/2014, mantendo inclusive os títulos e valores mobiliários da categoria “mantidos até o vencimento”.

A Icatu Seguros S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e aos seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015.

A Administração.

(\*) Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas + Arrecadação com títulos de capitalização



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Icatu Seguros S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Icatu Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.069.751</b>	<b>9.511.379</b>
DISPONÍVEL	35.103	36.009
APLICAÇÕES	10.733.259	9.180.566
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>166.956</b>	<b>155.641</b>
Prêmios a Receber	91.977	74.995
Operações com Seguradoras	4.129	1.000
Operações com Resseguradoras	2.010	7.294
Outros Créditos Operacionais	68.840	72.352
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>604</b>	<b>472</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>9.194</b>	<b>12.337</b>
<b>ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>18.044</b>	<b>8.316</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>53.518</b>	<b>44.763</b>
Títulos e Créditos a Receber	24.547	29.724
Créditos Tributários e Previdenciários	10.299	13.685
Outros Créditos	18.672	1.354
<b>BENS À VENDA</b>	<b>-</b>	<b>38.869</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>7.852</b>	<b>229</b>
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>	<b>45.221</b>	<b>34.177</b>
Seguros	42.197	31.329
Previdência	3.024	2.848
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>822.658</b>	<b>569.994</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>536.973</b>	<b>422.206</b>
APLICAÇÕES	150.874	144.914
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>-</b>	<b>500</b>
Operações com Seguradoras	-	37
Operações com Resseguradoras	-	463
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>318.248</b>	<b>225.686</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	73.686	68.059
Depósitos Judiciais e Fiscais	193.907	157.622
Outros créditos Operacionais	50.643	-
Outros créditos a receber	12	5
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS</b>	<b>67.851</b>	<b>51.106</b>
Seguros	48.734	35.129
Previdência	19.117	15.977
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>140.330</b>	<b>104.731</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>11.337</b>	<b>11.547</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>134.018</b>	<b>31.510</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>11.892.409</u></b>	<b><u>10.081.373</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013 (Reclassificado)
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.492.391</b>	<b>3.119.188</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>156.842</b>	<b>144.992</b>
Obrigações a Pagar	127.890	117.609
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	10.034	7.099
Encargos Trabalhistas	9.316	8.770
Impostos e Contribuições	3.263	2.885
Outras Contas a Pagar	6.339	8.629
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>50.619</b>	<b>46.439</b>
Prêmios a Restituir	1.495	741
Operações com Seguradoras	4.967	5.532
Operações com Resseguradoras	5.392	3.695
Corretores de Seguros e Resseguros	38.135	35.843
Outros Débitos Operacionais	630	628
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>2.371</b>	<b>1.507</b>
Débitos de Resseguros	126	64
Outros Débitos Operacionais	2.245	1.443
<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>21.171</b>	<b>11.895</b>
<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS</b>	<b>13.011</b>	<b>26.491</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	<b>1.082.509</b>	<b>933.547</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>543.348</b>	<b>442.858</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>1.622.520</b>	<b>1.511.459</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.576.745</b>	<b>6.329.618</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>213.018</b>	<b>144.433</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS</b>	<b>3.334.201</b>	<b>2.881.402</b>
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>	<b>4.011.167</b>	<b>3.286.168</b>
<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>18.359</b>	<b>17.615</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>823.273</b>	<b>632.567</b>
Capital Social	345.000	300.398
Aumento de Capital em Aprovação	80.000	44.602
Reservas de Capital	35.577	35.577
Reservas de Lucros	382.906	297.815
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(20.210)	(45.825)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.892.409</b>	<b>10.081.373</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	2014	2013 (Reclassificado)
Prêmios Emitidos	1.200.631	948.765
Contribuições para Cobertura de Riscos	4.276	3.404
Variação das Provisões Técnicas	(72.657)	(75.003)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>Nota 22 1.132.250</b>	<b>877.166</b>
Receita com Emissão de Apólices	6.837	6.866
Sinistros Ocorridos	<b>Nota 23 (548.053)</b>	(429.588)
Custos de Aquisição	<b>Nota 23 (233.690)</b>	(165.250)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<b>Nota 23 (116.403)</b>	(89.142)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>240.941</b>	<b>200.052</b>
Receita com Resseguro	18.211	16.427
Despesa com Resseguro	(17.962)	(12.851)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO</b>	<b>249</b>	<b>3.576</b>
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	697.853	894.947
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(204.313)	(435.054)
<b>Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>	<b>493.540</b>	<b>459.893</b>
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	66.499	62.617
Variação de Outras Provisões Técnicas	(494.412)	(464.527)
Custo de Aquisição	<b>Nota 23 (10.649)</b>	(12.655)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<b>Nota 23 (378)</b>	(576)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>54.600</b>	<b>44.752</b>
Receita com Resseguro	1.778	-
Despesa com Resseguro	(512)	(139)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO</b>	<b>1.266</b>	<b>(139)</b>
<b>OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>77.955</b>	<b>72.418</b>
<b>Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização</b>	<b>123.740</b>	<b>135.985</b>
Arrecadação com Títulos de Capitalização	123.740	135.985
<b>Custo de Aquisição</b>	<b>Nota 23 (58.280)</b>	<b>(61.472)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>Nota 23 12.496</b>	<b>(2.095)</b>
Outras Receitas Operacionais	41.328	23.105
Outras Despesas Operacionais	(28.832)	(25.200)
<b>RESULTADO OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>77.955</b>	<b>72.418</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>Nota 23 (336.187)</b>	<b>(276.197)</b>
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>Nota 23 (64.323)</b>	<b>(46.336)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Nota 23 182.157</b>	<b>76.410</b>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>Nota 9 90.373</b>	<b>61.848</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>247.031</b>	<b>136.384</b>
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	<b>Nota 24 61.144</b>	(4)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>308.175</b>	<b>136.380</b>
Imposto de Renda	<b>Nota 25 (54.228)</b>	(19.661)
Contribuição Social	<b>Nota 25 (38.856)</b>	(14.964)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>215.091</b>	<b>101.755</b>
Quantidade de Ações	640.969	640.969
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	335,57	158,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS  
CNPJ: 42.283.770/0001-39

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>215.091</u></b>	<b><u>101.755</u></b>
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>9.788</b>	<b>(46.296)</b>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	16.313	(77.160)
Imposto sobre o ganho/perda(a) originado no exercício	(6.525)	30.864
<b>Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas</b>	<b><u>15.827</u></b>	<b><u>(112.438)</u></b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>240.706</u></b>	<b><u>(56.979)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL EM APROV. EM APROVAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SÓCIOS CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			RESERVA DE AGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2012</b>	<b>300.398</b>	-	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>22.661</b>	<b>368.001</b>	-	<b>112.909</b>	<b>839.546</b>	<b>839.546</b>
Dividendos declarados AGO de 28/03/2013	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	(150.000)	(150.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(46.296)	(46.296)	(46.296)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	-	(112.438)	(112.438)	(112.438)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	101.755	-	101.755	101.755
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>										
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	5.088	-	(5.088)	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	96.667	(96.667)	-	-	-
Aumento de Capital em aprovação	-	44.602	-	-	-	(44.602)	-	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>300.398</b>	<b>44.602</b>	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>27.749</b>	<b>270.066</b>	-	<b>(45.825)</b>	<b>632.567</b>	<b>632.567</b>
Aumento de Capital em aprovação	44.602	(44.602)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados AGO de 21/03/2014	-	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)	(50.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	9.788	9.788	9.788
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	-	15.827	15.827	15.827
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	215.091	-	-	-
<b>Destinação do Lucro Líquido:</b>										
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	10.755	-	(10.755)	-	10.755	10.755
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	204.336	(204.336)	-	124.336	124.336
Aumento de Capital em aprovação	-	80.000	-	-	-	(80.000)	-	-	80.000	80.000
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>345.000</b>	<b>80.000</b>	<b>34.659</b>	<b>918</b>	<b>38.504</b>	<b>344.402</b>	-	<b>(20.210)</b>	<b>823.273</b>	<b>823.273</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	215.091	101.755
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	17.280	10.160
Resultado de Equivalência Patrimonial	(90.352)	(61.534)
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	(61.144)	4
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(1.558.653)	(874.098)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(10.815)	14.781
Créditos das operações de previdência complementar	(132)	161
Créditos das operações de capitalização	3.143	(8.499)
Ativos de resseguro	(9.728)	(3.798)
Créditos fiscais e previdenciários	3.386	(28.307)
Ativo fiscal diferido	69.681	7.652
Despesas antecipadas	(7.623)	2.304
Custos de aquisição diferidos	(27.789)	(27.783)
Depósitos judiciais e fiscais	(36.284)	(21.066)
Outros ativos	(78.760)	(11.680)
Fornecedores e outras contas a pagar	77.122	16.363
Impostos e contribuições	3.313	(63.137)
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.180	(37.491)
Débitos das operações com previdência complementar	864	8
Débitos das operações com capitalização	9.276	2.419
Depósitos de terceiros	(13.480)	8.825
Provisões técnicas - Seguros	601.761	914.327
Provisões técnicas - previdência complementar	825.489	379.005
Provisões técnicas - capitalização	111.060	(120.677)
Outros passivos	116.710	(63.723)
<b>Caixa Gerado pelas Operações</b>	<u>163.596</u>	<u>135.971</u>
Dividendos recebidos	67.247	50.258
Imposto sobre o lucro pagos	(75.308)	(21.708)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<u>155.535</u>	<u>164.521</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(762)	(88)
Aquisição de investimentos	(2.777)	-
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(102.902)	(1.073)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<u>(106.441)</u>	<u>(1.161)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(50.000)	(150.000)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<u>(50.000)</u>	<u>(150.000)</u>
<b>Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(906)</u>	<u>13.360</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.009	22.649
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.103	36.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

**ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS**  
CNPJ 42.283.770/0001-39

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**  
(Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Icatu Seguros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, sediada no Rio de Janeiro, situada na Praça 22 de Abril, 36, Centro, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência privada aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, por meio de consórcio. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas (o “grupo Icatu Seguros” ou “Grupo”), nos segmentos citados acima, e em capitalização, prestação de serviços de consultoria e assessoria na área financeira e de mercado de capitais, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e administração de passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

A Companhia tem os seguintes acionistas:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.....	43,04%	50,00%	43,97%
Icatu Assessoria Ltda.....	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbrapar Ltda.....	10,38%	19,36%	11,57%
Pessoas Físicas.....	2,71%	0,00%	2,35%
<b>Total.....</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**2.1 Base de Preparação e Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 483/2014.

Em acordo com a referida Circular SUSEP, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidos pelo CPC e referendados pela SUSEP.

A Circular SUSEP nº 483 de 06 de Janeiro de 2014, revogou a Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, alterando o plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que altera a legislação tributária relativa ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, e revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Neste contexto, a Administração da Companhia efetuou avaliação inicial das disposições contidas na referida lei e optou pela não adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2015.

**2.2 Reclassificações nas Demonstrações Financeiras Comparativas**

Para fins de divulgação, nas demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reclassificadas :

A receita com emissão de apólices, no valor de R\$6.866 anteriormente classificada de forma redutora no grupo sinistros ocorridos R\$ 3.630 e Outras Receitas (Despesas) Operacionais R\$ 3.236 passou a ser apresentada de forma destacada na Demonstração do Resultado.

A companhia efetuou estudo das provisões de Benefícios a Conceder, com base no histórico de resgates e portabilidades, para efeito de comparabilidade em 2013, foram reclassificados nos grupos:

- a) Provisões técnicas – Seguros, Circulante de R\$ 528.409 para R\$ 877.312, Não Circulante de R\$ 3.230.305 para R\$ 2.881.402.
- b) Provisões técnicas - Previdência Complementar, Circulante de R\$ 46.805 para R\$ 442.841, Não Circulante de R\$ 3.682.204 para R\$ 3.286.168.

### **2.3 Base de Mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas pelo regime de competência. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado”, e “ativos financeiros disponíveis para venda”. A Companhia e suas controladas classificam os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles passivos para os quais não é possível identificar tais prazos são classificados no “Circulante”, caracterizando passivos de exigibilidade imediata.

### **2.4 Moeda Funcional e de Apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. O Real (R\$) é moeda funcional e de apresentação da Companhia, dos fundos exclusivos e suas controladas.

### **2.5 Uso de Estimativas**

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas requer que a Administração da Companhia e suas controladas se baseie em julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis, que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.2(c));
- Provisões Técnicas (vide nota nº 3.7);
- Aplicações Financeiras (vide nota nº 5);
- Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 8);
- Provisões Judiciais (vide nota nº 17.1).

## 2.6 Base de Consolidação

As práticas contábeis divulgadas na Nota 3 foram adotadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, das empresas controladas citadas a seguir e dos fundos de investimento exclusivos:

Denominação Societária	Participação Acionária sobre Capital Total		Participação Acionária sobre Capital Total	
	2014		2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Icatu Capitalização S.A.....	100,00%	-	100,00%	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	100,00%	-	100,00%	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	99,99%	0,01%	99,98%	0,02%
Icatu Consultoria Ltda.....	100,00%	-	100,00%	-
Itumbiara Participações Ltda.....	100,00%	-	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A.....	100,00%	-	-	-
Rio Grande Seguros e Previdência.....	-	100,00%	100,00%	-

As alterações na composição acionária das empresas em 2014 em comparação com 2013, são as seguintes:

- A Companhia passou a deter o controle acionário da Itumbiara Participações Ltda. após aporte de capital efetuado em 2014. Anteriormente a participação minoritária nessa empresa era apresentada como "outros investimentos".
- Alteração da razão social da BB Icatu S.A., que estava apresentada como outros investimentos para Banrisul Icatu Participações S.A., que detêm 100% do capital da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A..
- Alteração da razão social da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência para Rio Grande Seguros e Previdência S.A., A participação direta que a Companhia detinha na Companhia Brasileira de Seguros e Previdência foi utilizada para integralização de capital na Banrisul Icatu Participações S.A.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Consolidação

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Os fundos de investimentos exclusivos foram consolidados.

### 3.2 Instrumentos Financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40(R1) (IAS 39, 32 e IFRS 7), a Companhia e suas controladas efetuaram a avaliação de seus Instrumentos Financeiros, inclusive derivativos, conforme estabelecido nas normas.

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa Disponível

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

## **b) Instrumentos Financeiros não Derivativos – Aplicações Financeiras**

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários classificados como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;
- (II) Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “títulos mantidos até o vencimento” e “empréstimos e recebíveis”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com a intenção de negociação. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido;
- (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e
- (IV) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

## **c) Redução ao Valor Recuperável**

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo e individual, acidentados pessoais e prestamistas baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo foi efetuada provisão de 71,84% das faturas vencidas há mais de 60 dias. (vide Nota 7).

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

#### **d) Instrumentos Financeiros Derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo de contratos futuros e de *swaps* mantidos nos fundos de investimento exclusivos consolidados, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado (Vide nota 6).

#### **3.2 Outros Créditos Operacionais**

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo.

#### **3.3 Custos de Aquisição Diferidos**

Os Custos de Aquisição Diferidos referentes às operações de seguros compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco.

Os Custos de Aquisição Diferidos das operações de previdência complementar compreendem o diferimento do comissionamento pelo prazo médio calculado atuarialmente com base na persistência da carteira. (vide notas 13 e 14).

#### **3.4 Investimentos**

As participações acionárias em empresas não controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial” (Vide Nota 9).

Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de perdas ao seu valor recuperável, quando aplicável.

#### **3.5 Imobilizado**

O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado. (vide nota 10).

#### **3.6 Intangível**

O intangível está contabilizado ao custo e é constituído de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno, cuja as amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. Composto também por contrato referente a aquisição de direito de exclusividade para comercialização de produtos nos canais de parcerias, cuja a amortização considera o tempo de vida útil determinado em contrato. A recuperabilidade do intangível deve ser avaliada, a cada data de divulgação. (vide nota 11)



### **3.7 Provisões Técnicas**

As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 281, de 30/01/2013 e de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro. (vide notas 13 e 14).

#### **3.7.1 Provisões Técnicas – Seguros e Previdência Complementar**

##### **3.7.1.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos**

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

##### **3.7.1.2 Provisão de Sinistros a Liquidar**

As provisões de sinistros a liquidar, contabilizadas no passivo circulante, correspondem ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data do balanço. Conforme Circular SUSEP nº 462, de 31 de janeiro de 2014, a baixa das reservas técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER – sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. As provisões de sinistros a recuperar, contabilizadas no ativo circulante, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

### **3.7.1.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados**

A provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações Financeiras, sendo que:

(i) para os ramos de seguros de pesso

as, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das despesas de regulação. Esta provisão é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 60 meses.

(ii) para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica significativa, a provisão de eventos ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 485, de 06/01/2014, sobre o somatório das contribuições e sobre o somatório dos benefícios pagos nos últimos 12 meses, seguindo os demais critérios definidos na referida Circular.

(iii) em de 31 de dezembro de 2014 houve alteração de metodologia unificando o critério de cálculo para todos os ramos/contratos. A metodologia atual utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando Triângulos de Run-Off , que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência.

### **3.7.1.4 Provisão de Prêmios não Ganhos**

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

### **3.7.1.5 Provisão de Excedente Financeiro**

A provisão de excedente financeiro corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros.

### **3.7.1.6 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar**

A provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base do balanço.

### **3.7.1.7 Provisão de Despesas Relacionadas**

Esta provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas ao pagamento de sinistros/benefícios. A PDR inclui também os valores que, anteriormente, eram constituídos na Provisão para Despesas Administrativas (PDA).

### **3.7.1.8 Provisão de Excedente Técnico**

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico

### **3.7.2 Provisões Técnicas - Capitalização**

#### **3.7.2.1 Provisão Matemática para Capitalização**

A provisão matemática para capitalização representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

#### **3.7.2.2 Provisão para Resgates**

A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do balanço. Conforme determinado pela Circular SUSEP 462, de 31/01/2013, foi incluída nesta respectiva provisão a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, anteriormente alocada na provisão para contingências.

#### **3.7.2.3 Provisão para Sorteios a Realizar**

A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data base da constituição, ainda não tenham sido realizados. Posteriormente, a Circular SUSEP nº 469, de 19/06/2013 alterou a definição da (PSR).

#### **3.7.2.4 Provisão de Sorteios a Pagar**

A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizada monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

#### **3.7.2.5 Provisão para Despesas Administrativas**

A provisão para despesas administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

#### **3.7.2.6 Provisão para Distribuição de Bônus**

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos passou a compor a provisão para resgates.

#### **3.7.2.7 Prescrição de Títulos**

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

### **3.8 Teste de Adequação dos Passivos**

O CPC 11 (IFRS 4) requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação. Em 14 de dezembro de 2012, a Superintendência de Seguros Privados tornou pública a Circular SUSEP nº 457, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras e definiu regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, em 31 de Dezembro de 2014, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2010-m e BR-EMSsb-V.2010-f. Consideramos saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP e deste montante foi utilizada a faculdade permitida no parágrafo 3º do art. 8º da Circular SUSEP nº 457, que consiste em deduzir a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria “mantido até o vencimento”.

De acordo com o demonstrativo abaixo, o resultado do TAP foi nulo.

	R\$ mil
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	369.525
Provisões Técnicas na data base (*)	(350.590)
Resultado do TAP	18.935
Valor contábil dos “títulos mantidos até o vencimento”	144.971
Valor de Mercado (ETTJ-SUSEP) dos “títulos mantidos até o vencimento”	(195.898)
Diferença entre valor contábil e valor justo dos “títulos mantidos até o vencimento”	(50.927)
Resultado do TAP após dedução da diferença do valor contábil e valor justo dos “títulos mantidos até o vencimento”	-

(\*) Referentes aos produtos estruturados na modalidade de benefício definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto e para os benefícios já concedidos.

Conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Circular 457, o saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário da aplicação da faculdade prevista no parágrafo 3º do art. 8º, para efeito de vinculação de ativos em cobertura, corresponde a R\$ 369.525.

Os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL) e os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo não apresentaram insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

### 3.9 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 (IAS 37) e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais.

As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As provisões quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações obtidas através do departamento jurídico interno e dos consultores legais independentes e provisionadas na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Os valores estimados de perdas prováveis das causas cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. (vide Nota 17)

### **3.10 Contratos de Seguro**

Um Contrato de Seguro, de acordo com o CPC 11 (IFRS 4), é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco significativo de seguro de outra parte (o segurado) ao concordar em indenizar o segurado ou outro beneficiário se um evento incerto, futuro e especificado (o evento segurado) afetar o segurado adversamente.

A Companhia e suas controladas procederam à análise de seus negócios e concluíram que suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro” de acordo com os preceitos contidos no CPC 11 (IFRS 4), exceto o segmento de capitalização.

### **3.11 Resultado**

Os prêmios de seguros e cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos.

São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização da receita.

Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”), na proporção do percentual de participação da Companhia e de suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Rio Grande Seguros e Previdência S.A., no consórcio. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados à Companhia e suas controladas acima mencionadas pelo valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

As operações de cosseguro aceito e retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB-Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como Renda de Contribuições e Prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

### **3.12 Benefícios a Empregados**

#### **3.12.1 Obrigações por aposentadorias**

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado (nota 21).

#### **3.12.2 Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores, sendo reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

### **3.13 Impostos e Contribuições**

#### **3.13.1 Impostos Correntes**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%.

#### **3.13.2 Impostos Diferidos**

Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço patrimonial, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável.

### **3.14 Novas Normas e Interpretações Contábeis ainda não Adotadas**

A Administração da Companhia não espera que estas novas normas, interpretações e alterações, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, tenham efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. Essa norma não tem prazo para entrada em vigência, porém o IASB divulgou que sua adoção não será antes de 1º de janeiro de 2017.

Resolução CNSP 317/2014, dispõe sobre os critérios para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A Administração está avaliando o impacto desse normativo, sendo a primeira entrega de dados, para cálculo de estimativa previsto para o segundo semestre de 2015. A exigência de constituição do capital será para 30/12/2016 (50%) e 30/12/2017 (50%).

A adoção antecipada dos pronunciamentos do *IFRS* está condicionada à aprovação prévia pela SUSEP.

## 4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia e suas controladas, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia e suas controladas consideram a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

### 4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:

A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de *Compliance* e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas.

Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos.

### 4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A formulação e revisão das políticas de controles internos têm como objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia e suas controladas.

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

### 4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

#### Principais riscos associados a instrumentos financeiros

O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez e Risco de Mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos acima, bem como seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

**Risco de Crédito** – O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem os valores decorrentes dos créditos a emissores privados principalmente aqueles relativos a aplicações financeiras.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia e suas controladas.

Em relação às emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o *rating* atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de *rating* é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A partir da definição das classes, estas recebem a atribuição de notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação.

O risco soberano do Governo brasileiro representa o menor risco de crédito em moeda local, o que corresponde à nota AAA na escala nacional, e está relacionado às emissões locais em reais de títulos públicos federais apresentados na carteira de investimentos da Companhia e suas controladas.

O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de rating *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*:

Rating	31/12/2014								31/12/2013						
	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	N. Promissória	Total	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA.....	104.728	126.813	-	234.871	-	152.299	12.422	631.133	98.231	111.544	-	312.792	6.282	107.924	636.773
AA+.....	251.420	116.944	-	53.137	-	26.351	-	447.852	175.625	149.255	-	120.246	-	-	445.126
AA.....	155.891	38.118	-	103.737	2.651	12.691	-	313.088	86.529	1.283	-	28.831	10.408	4.027	131.078
AA-.....	88.249	49.224	-	97.366	3.153	-	-	237.992	91.598	86.300	-	14.539	-	842	193.279
A+.....	59.595	46.359	23.376	19.440	10.883	628	14.574	174.855	33.324	41.955	8.000	19.148	-	-	102.427
A.....	74.267	110	-	-	-	-	-	74.377	91.482	5.334	-	-	-	91	96.907
A-.....	17.783	48	-	2.579	-	7.665	-	28.075	15.475	10.051	-	-	-	10.124	35.650
BBB+.....	11.015	-	-	162.341	-	-	-	173.356	4.486	-	-	-	-	-	4.486
BBB.....	3.971	2.800	10.836	59.334	-	-	-	76.941	402	7.171	6.176	8.962	-	-	22.711
BBB-.....	5.120	-	7.325	654	-	-	94	13.193	7	-	1.945	-	-	-	1.952
BB+.....	-	20.262	1.464	63.556	-	-	-	85.282	-	24	17.464	-	-	-	17.488
BB.....	-	-	8.984	-	-	-	-	8.984	6.641	-	5.552	-	-	-	12.193
BB-.....	9.258	-	-	-	-	-	7.047	16.305	-	-	-	-	-	-	-
B+.....	-	3.454	-	2.406	-	-	-	5.860	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>781.297</b>	<b>404.132</b>	<b>51.985</b>	<b>799.421</b>	<b>16.687</b>	<b>199.634</b>	<b>34.137</b>	<b>2.287.293</b>	<b>603.800</b>	<b>412.917</b>	<b>39.137</b>	<b>504.518</b>	<b>16.690</b>	<b>123.008</b>	<b>1.700.070</b>

**Risco de Mercado** – O risco do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores adversos. As variáveis podem ser: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico.

A principal metodologia empregada pela Companhia e suas controladas para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O Value at Risk (VaR) paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e lambda de 0,94.
- (II) DV01 (dolar–value for one basis-point) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um basis-point, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera.



No quadro abaixo apresentamos:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2014			31/12/2013		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DL.....	599	3.920	7.642.785	596	1.275	6.218.482
Taxa Referencial.....	-	-	99.263	5	1	101.968
IGPM.....	742	7.405	476.129	372	3.037	654.982
IPCA.....	2.985	23.515	2.247.991	1.292	12.273	1.874.599
Ações.....	-	20.642	417.965	-	7.285	475.449
<b>TOTAL</b>		<b>55.482</b>	<b>10.884.133</b>		<b>23.871</b>	<b>9.325.480</b>

**Risco de Liquidez** - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia e suas controladas.

O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativo	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	cima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos.....	35.103	-	35.103	36.009	-	36.009
Aplicações.....	2.593.626	8.290.507	10.884.133	3.344.022	5.981.458	9.325.480
Créditos das Operações .....	176.754	-	176.754	168.450	500	168.950
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	18.044	-	18.044	8.316	-	8.316
Títulos e Créditos a Receber.....	43.219	244.562	287.781	44.763	161.621	206.384
Outros Valores e Bens.....	-	-	-	38.869	-	38.869
<b>Total do Ativo Financeiro.....</b>	<b>2.866.746</b>	<b>8.535.069</b>	<b>11.401.815</b>	<b>3.640.429</b>	<b>6.143.579</b>	<b>9.784.008</b>
<b>Passivo</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>cima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Provisões Técnicas.....	2.301.723	8.292.022	10.593.745	1.257.414	7.798.020	9.055.434
Contas a pagar.....	156.842	179.188	336.030	144.992	144.433	289.425
Débitos de operações com seguros e resseguros .....	50.619	-	50.619	46.439	-	46.439
Débitos de operações com previdência complementar...	2.371	-	2.371	1.507	-	1.507
Débitos de operações com capitalização.....	21.171	-	21.171	11.895	-	11.895
Depósito de Terceiros.....	13.011	-	13.011	26.491	-	26.491
<b>Total do Passivo Financeiro.....</b>	<b>2.545.737</b>	<b>8.471.210</b>	<b>11.016.947</b>	<b>1.488.738</b>	<b>7.942.453</b>	<b>9.431.191</b>

### Principais riscos associados a resseguro

A Icatu Seguros possui um contrato de resseguro automático da carteira dos ramos de APC, VG e Prestamistas. O contrato é administrado por um pool de 3 resseguradores: Austral Re (60%, Local), IRB Re (20%, Local) e Hannover (20%, Admitido). O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, e a retenção da seguradora é por vida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz uma maior segurança na administração da carteira de apólices. Para fins de definição do pool de resseguradores, o rating dos resseguradores é avaliado.

## Outros riscos corporativos

**Risco Operacional** - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas.

**Risco Legal e Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Podem ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos; risco de lavagem de dinheiro; riscos de contratos; riscos de fraudes ou risco com órgãos reguladores. O departamento jurídico e área de *Compliance* da Companhia contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como evitar riscos legais e de *Compliance* em nossas operações.

O processo de gerenciamento dos riscos operacional, legal e de *compliance* está desenhado de forma a que os riscos sejam identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas:

Identificação – Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia e suas controladas, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos;

Mensuração – Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento;

Redução – Representa as medidas tomadas pela Companhia e suas controladas para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos;

Acompanhamento – A Companhia e suas controladas acompanham a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia e suas controladas estão expostas;

Comunicação – Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia e suas controladas.

A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de Riscos e Controles, que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia e suas controladas estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos, e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue:

Matrizes de riscos: permitem à Companhia e suas controladas identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização. Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio), informando ainda o tipo de risco;

Registros de eventos: Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de *Compliance* ou em Estudo de Risco relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizado por quem tenha competência definida para tal. O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências.

Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais. Tais informações permitirão à Companhia e suas controladas adotarem abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco. No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à área de *Compliance* e Controles Internos da Companhia e de suas controladas.

### **Risco de Subscrição**

Seguros - A Área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela seguradora garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial e mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Capitalização - Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, por isso utilizamos algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas. Risco de persistência, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. Risco de cancelamento, que implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda. Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A empresa monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

## Risco por Região e Ramo - Seguros

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos no período:

	31/12/2014											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	52.220	4,61%	37.634	3,32%	978	0,09%	187.675	16,58%	325.292	28,73%	603.799	53,33%
Prestamista.....	10.229	0,90%	574	0,05%	-	0,00%	78.328	6,92%	237.717	21,00%	326.848	28,87%
DPVAT.....	6.723	0,59%	12.908	1,14%	4.045	0,36%	78.987	6,98%	15.143	1,34%	117.806	10,40%
Acidentes Pessoais.....	916	0,08%	919	0,08%	172	0,02%	11.583	1,02%	17.828	1,57%	31.418	2,77%
Vida Individual.....	173	0,02%	2.170	0,19%	-	0,00%	38.239	3,38%	711	0,06%	41.293	3,65%
Outros.....	159	0,01%	636	0,06%	-	0,00%	2.183	0,19%	8.108	0,72%	11.086	0,98%
Total.....	70.420	6,21%	54.841	4,84%	5.195	0,47%	396.995	35,07%	604.799	53,42%	1.132.250	100,00%

  

	31/12/2013											
	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo.....	50.146	5,72%	46.710	5,33%	477	0,05%	158.689	18,09%	265.393	30,26%	521.415	59,44%
Prestamista.....	8.103	0,92%	527	0,06%	-	0,00%	10.140	1,16%	152.686	17,41%	171.456	19,55%
DPVAT.....	11.321	1,29%	20.288	2,31%	5.953	0,68%	54.308	6,19%	23.873	2,72%	115.743	13,20%
Acidentes Pessoais.....	595	0,07%	694	0,08%	26	0,00%	10.455	1,19%	12.040	1,37%	23.810	2,71%
Vida Individual.....	29	0,00%	1.884	0,21%	-	0,00%	32.053	3,65%	884	0,10%	34.850	3,97%
Outros.....	136	0,02%	436	0,05%	-	0,00%	2.917	0,33%	6.403	0,73%	9.892	1,13%
Total.....	70.330	8,02%	70.539	8,04%	6.456	0,73%	268.562	30,61%	461.279	52,59%	877.166	100,00%

## Outras informações – Transferência de Riscos - Seguros

Para proteção de bens do ativo imobilizado, de imóveis alugados e de responsabilidade civil dos administradores, a Companhia e suas controladas transferem, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro podem ser assim demonstradas

	Tipo de Cobertura	Valor da Cobertura	
		31/12/2014	31/12/2013
Imóveis alugados.....	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, queda de aeronaves, entre outros.	25.000	28.750

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas estão descritos na nota 4.3. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

### 5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2014			31/12/2013			
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Taxa média de juros	Valor Contábil	Valor de Mercado	Taxa média de juros
Ações.....	417.965	417.965	3,84%	-	443.012	443.012	4,75%
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	877.890	877.890	8,07%	11,19%	1.021.969	1.021.969	10,96%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.795.658	1.795.658	16,50%	SELIC	1.263.836	1.263.836	13,55%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	22.773	22.773	0,21%	12,56%	20.293	20.293	0,22%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C.....	215.354	215.354	1,98%	IGPM + 6,72%	224.727	224.727	2,41%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	1.224.050	1.224.050	11,25%	IPCA + 5,00%	1.214.005	1.214.005	13,02%
Operações Compromissadas.....	1.800.802	1.800.802	16,55%	SELIC	1.141.597	1.141.597	12,24%
Letras Financeiras - LF IGPM.....	11.483	11.483	0,11%	IGPM + 3,91%	9.973	9.973	0,11%
Letras Financeiras - LF IPCA.....	18.409	18.409	0,17%	IPCA + 5,42%	10.307	10.307	0,11%
Letras Financeiras - LF CDI.....	769.529	769.529	7,07%	CDI	484.238	484.238	5,19%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDI.....	302.266	302.266	2,78%	CDI	310.574	310.574	3,33%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - TR.....	99.263	99.263	0,91%	TR	102.343	102.343	1,10%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - IPCA.....	2.603	2.603	0,02%	IPCA + 5,94%	-	-	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública IPCA.....	98.232	98.232	0,90%	IPCA + 6,41%	104.832	104.832	1,12%
Debêntures de Distribuição Pública CDI.....	683.019	683.019	6,28%	CDI	495.443	495.443	5,31%
Debêntures de Distribuição Pública Pré.....	-	-	0,00%	-	3.525	3.525	0,04%
Debêntures de Distribuição Pública DOL.....	46	46	0,00%	Dólar + 12,74%	-	-	0,00%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - CDI.....	51.985	51.985	0,48%	CDI	39.137	39.137	0,42%
Certificado de Recibo Imobiliário - IGPM.....	-	-	0,00%	-	689	689	0,01%
Certificado de Recibo Imobiliário - IPCA.....	16.687	16.687	0,15%	IPCA + 6,49%	16.001	16.001	0,17%
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC.....	199.634	199.634	1,83%	-	123.008	123.008	1,32%
Fundos de Investimento de Renda Fixa.....	13.896	13.896	0,13%	-	35.143	35.143	0,38%
Fundos de Investimento Multimercado.....	2.997	2.997	0,03%	-	3.339	3.339	0,04%
Fundos de Investimento Referenciado - RF.....	3.636	3.636	0,03%	-	178.783	178.783	1,92%
Fundos de Investimento de Curto Prazo.....	938	938	0,01%	-	1.100	1.100	0,01%
Fundos de Investimento de Ações.....	12.434	12.434	0,11%	-	32.438	32.438	0,35%
Fundos de Investimento não Exclusivos.....	798.160	798.160	7,33%	-	858.877	858.877	9,21%
Notas Promissórias.....	34.137	34.137	0,31%	102,43% CDI	-	-	0,00%
Outras Aplicações.....	2.160	2.160	0,02%	-	(1.449)	(1.449)	-0,02%
<b>Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>	<b>9.476.006</b>	<b>9.476.006</b>	<b>87,06%</b>		<b>8.137.740</b>	<b>8.137.740</b>	<b>87,26%</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	0,00%	-	46.082	46.082	0,49%
Notas do Tesouro Nacional - IGPM.....	331.157	331.157	3,03%	IGPM + 6,72%	289.386	289.386	3,10%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA.....	775.940	775.940	7,09%	IPCA + 5,80%	558.139	558.139	0,00%
Notas do Tesouro Nacional - Pré.....	150.156	150.156	1,37%	13%	149.219	149.219	0,00%
<b>Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.257.253</b>	<b>1.257.253</b>	<b>11,55%</b>		<b>1.042.826</b>	<b>1.042.826</b>	<b>11,18%</b>
<b>Total no Circulante</b>	<b>10.733.259</b>	<b>10.733.259</b>	<b>98,61%</b>		<b>9.180.566</b>	<b>9.180.566</b>	<b>98,45%</b>
Quotas de Fundos de Investimento- Não Exclusivos Bloqueio Judicial.....	503	503	0,00%	SELIC	3.472	3.472	0,04%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	0,00%	-	466	466	0,00%
Operações Compromissadas.....	5.400	5.400	0,05%	SELIC	793	793	0,01%
<b>Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado</b>	<b>5.903</b>	<b>5.903</b>	<b>0,05%</b>		<b>4.731</b>	<b>4.731</b>	<b>0,05%</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	144.971	199.733	1,33%	IGPM + 9,99%	140.183	189.783	1,50%
<b>Categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>144.971</b>	<b>199.733</b>	<b>1,33%</b>		<b>140.183</b>	<b>189.783</b>	<b>1,50%</b>
<b>Total no Não Circulante</b>	<b>150.874</b>	<b>205.636</b>	<b>1,39%</b>		<b>144.914</b>	<b>194.514</b>	<b>1,55%</b>

Em 31 de dezembro de 2014 o valor avaliado pela “curva” dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 1.257.055 (R\$ 1.073.886 em 31 de dezembro de 2013). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial, montam ganho de R\$ 197 (perda de R\$ 31.060 em 31 de dezembro de 2013).

As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários estão distribuídos da seguinte forma:

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Até 1 ano.....	3.570.034	3.570.034	2.039.361	2.039.361
De 1 a 5 anos.....	3.440.108	3.440.108	3.992.896	3.992.896
Acima de 5 anos.....	2.423.829	2.423.829	1.989.308	2.038.908
Sem Vencimento.....	1.450.162	1.504.924	1.303.915	1.303.915
<b>Total</b>	<b>10.884.133</b>	<b>10.938.895</b>	<b>9.325.480</b>	<b>9.375.080</b>

## 5.2 Movimentação dos Instrumentos Financeiros

	Valor justo por meio de resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>7.280.934</b>	<b>1.037.284</b>	<b>133.164</b>	<b>8.451.382</b>
Aplicação.....	5.416.132	1.594	-	5.417.726
Aplicação em Títulos.....	297.713	470.588	-	768.301
Resgate.....	(4.573.097)	(27.427)	-	(4.600.524)
Resgate em Títulos.....	(470.587)	(297.713)	-	(768.300)
Recebimento juros + principal.....	71.326	(58.540)	(12.786)	-
Rentabilidade.....	120.050	(5.800)	19.805	134.055
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.....	-	(77.160)	-	(77.160)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>8.142.471</b>	<b>1.042.826</b>	<b>140.183</b>	<b>9.325.480</b>
Aplicação.....	5.808.265	77	-	5.808.342
Aplicação em Títulos.....	284.248	464.491	-	748.739
Resgate.....	(5.223.292)	(3.619)	-	(5.226.911)
Resgate em Títulos.....	(464.491)	(284.248)	-	(748.739)
Recebimento juros + principal.....	88.195	(74.612)	(13.587)	(4)
Rentabilidade.....	846.513	96.025	18.375	960.913
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários.....	-	16.313	-	16.313
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>9.481.909</b>	<b>1.257.253</b>	<b>144.971</b>	<b>10.884.133</b>

No quadro anterior, as aplicações e resgates em títulos são referentes aos movimentos dentro dos fundos exclusivos que afetam as quantidades de títulos mantidos até vencimento ou disponíveis para venda. O mesmo conceito vale para recebimento de juros + principal.

## 5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira com administração própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;  
 Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue-se a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ações	417.965	-	417.965	443.012	-	443.012
Letras do Tesouro Nacional	-	877.890	877.890	-	1.021.969	1.021.969
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.795.658	1.795.658	-	1.310.384	1.310.384
Notas do Tesouro Nacional	-	2.864.401	2.864.401	-	2.595.952	2.595.952
Operações Compromissadas	-	1.806.202	1.806.202	-	1.142.390	1.142.390
Letras Financeiras	-	799.421	799.421	-	504.518	504.518
Certificado de Depósito Bancário	-	404.132	404.132	-	412.917	412.917
Debêntures de Distribuição Pública	-	781.297	781.297	-	603.800	603.800
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	51.985	51.985	-	39.137	39.137
Certificado de Recibo Imobiliário	-	16.687	16.687	-	16.690	16.690
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	-	199.634	199.634	-	123.008	123.008
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	13.896	13.896	-	35.143	35.143
Fundos de Investimento Multimercado	-	2.997	2.997	-	3.339	3.339
Fundos de Investimento Referenciado	-	3.636	3.636	-	178.783	178.783
Fundos de Investimento de Curto Prazo	-	938	938	-	1.100	1.100
Fundos de Investimento de Ações	-	12.434	12.434	-	32.438	32.438
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	798.663	798.663	-	862.349	862.349
Outras Aplicações	-	2.160	2.160	-	-	-
Notas Promissórias	-	34.137	34.137	-	(1.449)	(1.449)
	<b>417.965</b>	<b>10.466.168</b>	<b>10.884.133</b>	<b>443.012</b>	<b>8.882.468</b>	<b>9.325.480</b>

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A. possuíam os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, representados por contratos futuros de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI1) negociado na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e *swap* contratado em mercado de balcão:

31/12/2014							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	01/07/2015	DI1	(119)	94.324	(11.225)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2015	DI1	(27)	97.157	(2.623)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2018	DI1	7	69.900	489	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2016	DI1	(18)	88.527	(1.593)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	DI1	(34)	99.913	(3.397)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	04/01/2021	DI1	5	49.994	249	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2017	DI1	10	78.491	784	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2015	CDI	991	99.914	99.015	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	CDI	(100)	99.720	(9.972)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/03/2015	CDI	2.270	98.215	222.948	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	01/04/2015	CDI	960	97.157	96.185	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2015	CDI	(650)	97.223	(63.195)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	01/07/2015	CDI	31	94.839	2.940	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2015	CDI	(2.941)	94.321	(277.398)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	04/01/2016	CDI	417	88.530	36.917	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2016	CDI	(718)	88.539	(63.571)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2016	CDI	134	86.224	11.554	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	01/07/2016	CDI	20	83.300	1.666	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2016	CDI	(981)	83.286	(81.704)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2017	CDI	3.950	78.500	310.075	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2017	CDI	2	61.000	122	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2018	CDI	122	69.902	8.528	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2018	CDI	(171)	70.064	(11.981)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2019	CDI	82	62.378	5.115	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	04/01/2021	CDI	40	50.000	2.000	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2021	CDI	(1.538,39)	50.015	(76.943)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	30	39.867	1.196	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/10/2015	CDI	(374)	91.332	(34.158)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	03/10/2016	CDI	21	80.782	1.696	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	03/10/2016	CDI	(938)	80.740	(75.734)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/07/2018	CDI	158	65.975	10.424	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/07/2018	CDI	(964)	65.983	(63.608)	Hedge Taxa pré fixada
ISP	Comprado	20/03/2015	S&P 500	6	275.667	1.654	Hedge Índice
BGI	Vendido	30/01/2015	BGI	(23)	46.957	(1.080)	Hedge Commodities
BGI	Vendido	30/12/2014	BGI	(23)	47.217	(1.086)	Hedge Commodities
DOCL	Comprado	02/02/2015	DOL	143	133.399	19.076	Hedge Moeda
IND	Comprado	18/02/2015	IBOVESPA	77	50.468	3.886	Hedge Índice
IND	Vendido	18/02/2015	IBOVESPA	(609)	50.485	(30.745)	Hedge Índice
WIN	Comprado	18/02/2015	IBOVESPA MINI	20	10.100	202	Hedge Índice

  

Swap							
Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$	Valor Passivo	Apropriação Acumulada em R\$
25/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	7.443	8.383	8.477	(84)
18/12/2013	15/05/2015	CDI	IPCA	11.940	13.402	13.270	132
27/03/2014	15/01/2015	IPCA	CDI	7.650	8.285	8.278	7
15/08/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	7.567	7.878	7.764	114
15/08/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	10.308	10.731	10.567	164
24/06/2014	15/01/2015	IPCA	CDI	16.060	16.981	16.940	41
30/10/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	3.974	4.047	4.008	39
15/07/2014	15/01/2015	IPCA	CDI	16.080	16.898	16.863	35
04/09/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	16.154	16.722	16.272	450
11/09/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	3.192	3.298	3.238	60
15/09/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	5.489	5.666	5.581	85
16/09/2014	15/05/2017	IPCA	CDI	10.690	11.030	10.839	191
28/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	4.466	5.028	5.090	(62)
01/04/2014	15/01/2015	IPCA	CDI	7.490	8.102	8.093	9

31/12/2013							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	04/01/2016	DI1	14	80.228	1.123	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2014	DI1	223	95.299	21.252	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2021	DI1	11	42.425	467	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	DI1	23	90.324	2.077	Hedge Taxa pré fixada
BGI	Vendido	31/01/2014	BGI	(239)	37.109	(8.869)	Hedge Commodities
BGI	Comprado	30/05/2014	BGI	99	35.973	3.561	Hedge Commodities
BR1	Vendido	03/02/2014	IBrX-50	(32,88)	87.540	(2.878)	Hedge Índice
DI1	Comprado	02/01/2014	CDI	43	99.926	4.297	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2014	CDI	(1.024)	97.617	(99.960)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2014	CDI	(2.177)	95.299	(207.466)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	01/07/2014	CDI	14	95.312	1.334	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2015	CDI	2.035	90.324	183.809	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2015	CDI	(873)	90.329	(78.857)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/04/2015	CDI	(527)	87.902	(46.324)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2015	CDI	(1.418)	85.373	(121.059)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	04/01/2016	CDI	904	80.228	72.526	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2016	CDI	(1.330)	80.230	(106.706)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	01/07/2016	CDI	(628)	75.311	(47.295)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2017	CDI	(545,95)	70.649	(38.571)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	02/01/2017	CDI	195	70.650	13.777	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	03/07/2017	CDI	(2.815)	66.320	(186.691)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	04/01/2021	CDI	(284)	42.425	(12.049)	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	02/01/2023	CDI	(35)	32.888	(1.151)	Hedge Taxa pré fixada
DOL	Vendido	02/01/2014	DOL	(10)	117.130	(1.171)	Hedge Moeda
DOL	Comprado	03/02/2014	DOL	120	119.071	14.289	Hedge Moeda
EUR	Vendido	03/02/2014	EURO	(39)	164.314	(6.408)	Hedge Moeda
IND	Comprado	12/02/2014	IBOVESPA	40	51.791	2.072	Hedge Índice
ISP	Comprado	21/03/2014	S&P 500	1	216.345	216	Hedge Índice
MXN	Comprado	03/02/2014	PESO MEX	30	136.164	4.085	Hedge Moeda
WDO	Comprado	03/02/2014	DOL MINI	149	23.814	3.548	Hedge Moeda
WIN	Comprado	12/02/2014	IBOVESPA MINI	34	10.358	352	Hedge Índice

#### Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$	Valor Passivo	Apropriação Acumulada em R\$
15/08/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	4.700	4.861	4.859	2
15/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	4.700	4.859	4.853	6
22/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	964	995	998	(3)
23/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	4.900	5.056	5.064	(8)
23/08/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	964	996	995	1
28/08/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	3.200	3.299	3.300	(1)
04/09/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	1.200	1.235	1.238	(3)
18/09/2013	15/08/2014	IPCA	CDI	9.000	9.232	9.236	(4)
20/09/2013	15/08/2014	CDI	IPCA	18.300	18.767	18.760	7
25/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	7.443	7.565	7.592	(27)
18/12/2013	15/05/2015	CDI	IPCA	11.940	12.003	11.975	28
25/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	6.500	6.606	6.612	(6)
25/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	20.400	20.734	20.760	(26)
28/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	6.900	7.011	7.021	(10)
28/10/2013	02/01/2014	IGPM	CDI	14.800	15.037	15.061	(24)
28/10/2013	15/05/2015	IPCA	CDI	4.466	4.538	4.558	(20)
14/08/2009	14/08/2014	CDI	TR + 9.815%	70.000	77.287	74.003	3.284

## 7. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos Prêmios a receber é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Prestamistas.....	31.137	23.395
Acidentes Pessoais.....	3.594	2.653
Auxilio funeral.....	78	-
Vida em Grupo.....	56.318	49.128
Vida Individual.....	4.706	3.968
<b>Total de Prêmios a Receber</b>	<b>95.833</b>	<b>79.144</b>
Redução do Valor Recuperável.....	(3.856)	(4.149)
<b>Total</b>	<b>91.977</b>	<b>74.995</b>



A movimentação dos prêmios a receber líquidos de provisão para redução do valor recuperável é como segue:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>95.252</b>
(+) Prêmios Emitidos.....	1.927.015
(+) Custo de Apólice e IOF.....	3.013
(-) Prêmios Cancelados.....	(137.773)
(-) Recebimentos.....	(1.812.862)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	350
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>74.995</b>
(+) Prêmios Emitidos.....	1.279.603
(+) Custo de Apólice e IOF.....	2.056
(-) Prêmios Cancelados.....	(145.770)
(-) Recebimentos.....	(1.119.200)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	293
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>91.977</b>

A movimentação da redução ao valor recuperável nos prêmios a receber é como se segue:

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>(4.499)</b>
(+) Constituição.....	(8.499)
(-) Reversão.....	8.849
(-) Perda.....	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(4.149)</b>
(+) Constituição.....	(12.516)
(-) Reversão.....	12.809
(-) Perda.....	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(3.856)</b>

### 7.1 Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>A vencer</b>		
De 1 até 30 dias.....	83.315	69.375
<b>Vencidos</b>		
1 até 30 dias.....	4.739	4.145
31 até 60 dias.....	2.410	991
61 até 120 dias.....	267	126
121 até 180 dias.....	89	37
181 até 365 dias.....	251	155
mais de 365 dias.....	906	166
<b>Total</b>	<b>91.977</b>	<b>74.995</b>

## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Imposto de Renda Diferido</b>	-	-	<b>46.599</b>	<b>43.038</b>
Prejuízos Fiscais.....	-	-	3.664	3.338
Diferenças Temporárias.....	-	-	42.935	39.700
<b>Contribuição Social Diferida</b>	-	-	<b>27.016</b>	<b>24.950</b>
Base Negativa.....	-	-	1.320	1.203
Diferenças Temporárias.....	-	-	25.696	23.747
<b>Impostos a Recuperar</b>	<b>10.299</b>	<b>13.685</b>	<b>71</b>	<b>71</b>
Imposto de Renda.....	5.594	6.132	-	-
Contribuição Social.....	1.432	3.501	71	71
COFINS.....	1.307	1.323	-	-
PIS	310	297	-	-
Outros.....	1.656	2.432	-	-
	<b>10.299</b>	<b>13.685</b>	<b>73.686</b>	<b>68.059</b>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 3.664 e R\$ 1.320 (R\$ 3.338 e R\$ 1.203 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis anualmente, à razão de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis.

Os créditos tributários diferidos da Icatu Seguros e suas controladas, estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 42.935 e R\$ 25.696 (R\$ 39.700 e R\$ 23.747 em 2013), sendo originados principalmente de adições temporárias e provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos.

Diferenças Temporárias		
Imposto de Renda/Contribuição Social	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda.....	16.855	31.814
Provisão Contingências Trabalhistas.....	3.052	3.548
Provisão Contingências Cíveis.....	14.767	13.880
Provisão Contingências Fiscais.....	636	515
Provisão Crédito de Liquidação Duvidosa.....	12.663	8.112
Provisão Excedente Técnico.....	6.535	8.734
Fundo de Marketing.....	1.579	1.602
PIS Exigibilidade Suspensa.....	26.145	23.099
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	84.370	71.130
Inss s/Aviso Prévio - Exigibilidade Suspensa.....	68	-
Operação Sw ap.....	-	(5.657)
Outras Provisões.....	11.821	16.208
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial).....	(45.670)	(31.617)
Participações Resultados - PLR.....	38.208	17.427
Provisão de títulos a pagar - Prescrição.....	1.300	-
<b>Total das Provisões temporárias</b>	<b>172.329</b>	<b>158.795</b>
<b>Alíquota aplicada - IRPJ - 25%</b>	<b>43.082</b>	<b>39.700</b>
<b>Alíquota aplicada - CSLL - 15%</b>	<b>25.786</b>	<b>23.747</b>

## 9. INVESTIMENTOS

Os investimentos em coligadas são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de ON	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
						31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Brasilcap Capitalização S.A.....	54.010.798	16,67%	11.264	104.733	324.262	71.513	44.933	54.044	22.050
Caixa Capitalização S.A.....	1.960	24,50%	180.000	269.045	149.477	65.916	59.077	36.622	39.224
PP-LGD Administração de Bem Próprio S.A.....	133.333.332	25,00%	21.039	8.496	(1.782)	2.124	-	(314)	-
BMG Seguradora S.A. [a].....	-	49,00%	-	-	-	-	-	-	561
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	484.482	3,23%	15.000	N/D	N/D	578	522	21	13
Outros Investimentos.....	-	-	-	-	-	106	106	-	-
<b>Total das Participações Acionárias</b>						<b>140.237</b>	<b>104.638</b>	<b>90.373</b>	<b>61.848</b>
Incentivos Fiscais.....	-	-	-	-	-	994	994	-	-
(-) Provisão para Desvalorização.....	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	93	93	-	-
<b>Total de Investimentos</b>						<b>140.330</b>	<b>104.731</b>	<b>90.373</b>	<b>61.848</b>

[a] Em 2013, a Icatu Seguros assinou contrato de venda dos 49% de sua participação na BMG Seguradora S.A. Em janeiro de 2014 foi assinado o Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda das ações da BMG Seguradora S.A.

Para o cálculo do investimento pelo método de equivalência patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31 de dezembro 2014 e 2013.

Apresentamos, a seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 31/12/2012			Dividendos/ JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2013	Tranferência: Dividendos/ JSCP			Equivalência	Saldo em 31/12/2014	
	Adições	Baixas						Baixas					
Brasilcap Capitalização S.A.....	39.240	-	-	(16.357)	-	22.050	44.933	-	10	(27.474)	-	54.044	71.513
Caixa Capitalização S.A.....	107.070	-	-	(38.736)	(48.481)	39.224	59.077	-	-	(36.645)	6.862	36.622	65.916
Itumbiara Participações Ltda.....	-	-	-	-	-	-	-	2.438	-	-	-	(314)	2.124
BMG Seguradora S.A.....	38.671	-	(38.869)	(62)	-	260	-	-	-	-	-	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT....	492	48	(18)	-	-	-	522	339	(283)	-	-	-	578
Outros Investimentos (Participações acionárias).....	106	-	-	-	-	-	106	-	-	-	-	-	106
<b>Total</b>	<b>185.579</b>	<b>48</b>	<b>(38.887)</b>	<b>(55.155)</b>	<b>(48.481)</b>	<b>61.534</b>	<b>104.638</b>	<b>2.777</b>	<b>(273)</b>	<b>(64.119)</b>	<b>6.862</b>	<b>90.352</b>	<b>140.237</b>

## 10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício. O valor de custo do imobilizado em 2014 é de R\$ 50.003 e o montante de Depreciação acumulada de R\$ 38.666 (R\$ 49.241 e R\$ 37.694 respectivamente em 2013).

## 11. INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para uso interno, e que estão classificados como softwares, projetos e marcas e patentes, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Marcas e Patentes.....	72	183
Software.....	79.697	65.837
Outros Intangíveis [a].....	115.000	25.847
<b>Total</b> .....	<b>194.769</b>	<b>91.867</b>
Amortização.....	(60.751)	(60.357)
	<b>134.018</b>	<b>31.510</b>

[a] Na rubrica Outros Intangíveis foi registrado o valor pago em dezembro de 2014, na compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e planos de previdência nos canais de distribuição do Banco Bannrisul S.A. O valor será amortizado de forma linear durante o período de vigência do contrato que é de 20 anos.

## 12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência que ainda não foram identificados. A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
1 até 30 dias.....	6.037	11.175
31 até 60 dias.....	2.968	6.409
61 até 120 dias.....	1.248	5.983
121 até 180 dias.....	586	1.435
181 até 365 dias.....	968	545
mais de 365 dias.....	1.204	944
<b>Total</b>	<b>13.011</b>	<b>26.491</b>

## 13. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS E RESSEGUROS

As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço e são compostas da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2014				31/12/2013			
	Pessoas	Vida com		Total	Pessoas	Vida com		Total
		Individual	Cobertura por Sobrevivência			Individual	Cobertura por Sobrevivência	
<b>Circulante</b>								
Prêmios não Ganhos.....	58.218	2.908	0	61.126	41.599	2.660	-	44.259
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	21.234	172	-	21.406	18.564	100	-	18.664
Sinistros a Liquidar.....	231.569	1.705	16	233.290	225.101	448	13	225.562
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	308.527	4.091	-	312.618	222.349	-	-	222.349
Benefícios a Conceder.....	-	29	401.876	401.905	-	73	348.830	348.903
Benefícios Concedidos.....	-	25	1.080	1.105	-	24	912	936
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	-	-	-	-	-	6.540	-	6.540
Benefícios a Regularizar.....	-	-	-	-	-	2.617	-	2.617
Provisão para Despesas Relacionadas.....	3.192	6	-	3.198	875	-	-	875
Excedente Técnico.....	25.226	-	-	25.226	39.446	-	-	39.446
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar....	-	11.396	11.239	22.635	-	10.951	12.445	23.396
	<b>647.966</b>	<b>20.332</b>	<b>414.211</b>	<b>1.082.509</b>	<b>547.934</b>	<b>23.413</b>	<b>362.200</b>	<b>933.547</b>
<b>Não Circulante</b>								
Prêmios não Ganhos.....	68.841	-	-	68.841	48.676	-	-	48.676
Benefícios a Conceder.....	-	228	3.251.545	3.251.773	-	595	2.822.351	2.822.946
Benefícios Concedidos.....	-	173	7.364	7.537	-	180	7.227	7.407
Provisão para Despesas Relacionadas.....	-	11	9	20	-	10	7	17
Excedente Técnico.....	6.030	-	-	6.030	2.356	-	-	2.356
	<b>74.871</b>	<b>412</b>	<b>3.258.918</b>	<b>3.334.201</b>	<b>51.032</b>	<b>785</b>	<b>2.829.585</b>	<b>2.881.402</b>

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	31/12/2014								31/12/2013							
	Acidentes Pessoais	Vida em Grupo	Prestamista		Renda de			Total	Acidentes Pessoais	Vida em Grupo	Prestamista		Renda de			Total
			Habitacional e Rural	Auxílio Funeral	Doenças Graves	Eventos Aleatórios	Prestamista Demais				Habitacional e Rural	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Eventos Aleatórios	Prestamista Demais		
Circulante.....	866	14.279	60	2	1	24	26.965	42.197	766	13.315	50	1	8	17.189	31.329	
Não Circulante.....	519	7.450	-	1	-	32	40.732	48.734	792	9.597	-	-	1	24.739	35.129	
	<b>1.385</b>	<b>21.729</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>56</b>	<b>67.697</b>	<b>90.931</b>	<b>1.558</b>	<b>22.912</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>41.928</b>	<b>66.458</b>	

No quadro acima, foram feitas realocações entre ramos em relação a 31 de dezembro de 2013.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em				Saldos em				
	31/12/2012	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	31/12/2013	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2014
<b>Circulante</b>									
Prêmios não Ganhos .....	24.188	25.628	(5.557)	-	44.259	23.152	(6.285)	-	61.126
Prêmios não Ganhos - RVNE .....	17.154	19.960	(18.450)	-	18.664	9.618	(6.876)	-	21.406
Sinistros a Liquidar .....	199.556	211.511	(220.852)	37.964	228.179	435.466	(450.219)	19.864	233.290
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	275.410	237.335	(282.180)	941	231.506	1.447.736	(1.408.145)	41.521	312.618
Benefícios a Conceder.....	256.326	125.512	(37.665)	4.730	348.903	151.511	(133.911)	35.402	401.905
Benefícios Concedidos.....	813	150	(88)	61	936	159	(67)	77	1.105
Riscos não Expirados.....	475	71	(546)	-	-	-	-	-	-
Riscos não Expirados - RVNE .....	-	69	(69)	-	-	-	-	-	-
Oscilação de Riscos .....	718	3	(721)	-	-	-	-	-	-
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	4.907	1.833	(7.077)	337	-	-	-	-	-
Benefícios a Regularizar.....	2.617	-	(2.617)	-	-	-	-	-	-
Provisão Complementar de Prêmios.....	7.073	700	(7.773)	-	-	-	-	-	-
Provisão para Despesas Administrativas.....	672	-	(672)	-	-	-	-	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	667	1.862	(1.316)	(338)	875	3.959	(2.089)	453	3.198
Excedente Técnico.....	-	39.446	-	-	39.446	47.071	(61.768)	477	25.226
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar...	14.975	128.494	(120.362)	289	23.396	134.778	(135.921)	382	22.635
	<b>805.551</b>	<b>792.574</b>	<b>(705.945)</b>	<b>43.984</b>	<b>936.164</b>	<b>2.253.450</b>	<b>(2.205.281)</b>	<b>98.176</b>	<b>1.082.509</b>
<b>Não Circulante</b>									
Prêmios não Ganhos.....	16.988	33.328	(1.640)	-	48.676	22.443	(2.278)	-	68.841
Benefícios a Conceder.....	2.073.913	1.015.505	(304.743)	38.271	2.822.946	1.225.864	(1.083.460)	286.424	3.251.773
Benefícios Concedidos.....	6.733	1.112	(943)	505	7.407	486	(1.008)	652	7.537
Insuficiência de Prêmios.....	37	6	(18)	(25)	-	-	-	-	-
Provisão para Despesas Administrativas.....	17	-	(17)	-	-	-	-	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	-	18	-	-	18	4	(2)	-	20
Excedente Técnico.....	-	2.356	-	-	2.356	8.846	(5.172)	-	6.030
	<b>2.097.688</b>	<b>1.052.325</b>	<b>(307.361)</b>	<b>38.751</b>	<b>2.881.403</b>	<b>1.257.643</b>	<b>(1.091.920)</b>	<b>287.076</b>	<b>3.334.201</b>

Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Saldos em			Saldos em	
	31/12/2013	Constituições	Amortizações	31/12/2014	
Circulante.....	31.329	11.591	(723)	42.197	
Não Circulante.....	35.129	15.638	(2.033)	48.734	
	<b>66.458</b>	<b>27.229</b>	<b>(2.756)</b>	<b>90.931</b>	

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

VARIÁVEL	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2014		31/12/2013	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 3% de Sinistralidade	7.263	6.971	(5.402)	(5.261)
Sinistralidade	Redução de 3% na Sinistralidade	(7.263)	(6.971)	5.402	5.261
Taxa de Desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	2	2	(2)	(2)
Taxa de Desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	(2)	(2)	2	2

O desenvolvimento de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar, sem as informações de DPVAT no montante de R\$ 55.114, em 31 de dezembro de 2014, está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
No ano do aviso	137.276	149.944	295.922	502.561	412.694	377.234	1.875.630
1 ano após o aviso	135.191	151.154	294.749	502.640	415.629	-	1.499.364
2 anos após o aviso	137.664	150.100	296.111	502.355	-	-	1.086.229
3 anos após o aviso	139.380	153.446	296.196	-	-	-	589.022
4 anos após o aviso	141.422	153.714	-	-	-	-	295.136
5 anos após o aviso	141.541	-	-	-	-	-	141.541
Estimativa na data base (2013) [a]	141.541	153.714	296.196	502.355	415.629	377.234	1.886.669
Pagamentos efetuados [b]	135.731	145.572	283.470	482.662	392.928	284.877	1.725.239
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	5.810	8.142	12.726	19.693	22.701	92.357	<b>161.430</b>
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	<b>19.464</b>
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	<b>180.894</b>

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros.

Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

Apresentamos abaixo, um quadro com a discriminação das provisões judiciais de sinistros:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Saldo do Início do Período.....</b>	<b>76.847</b>	<b>72.176</b>
Total Pago no Período.....	(27.373)	(30.666)
Novas constituições no período.....	41.946	36.802
Baixa da provisão por êxito.....	(1.487)	(1.089)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	(6.728)	(15.261)
Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros.....	8.901	14.885
<b>Saldo Final do Período.....</b>	<b>92.106</b>	<b>76.847</b>

#### 14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS –PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas de previdência complementar são classificadas no passivo circulante quando são esperadas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço, ficando as que ultrapassam 12 meses classificadas no passivo não circulante, apresentando as seguintes movimentações:

Provisões Técnicas - Previdência	Saldos em		Atualização		Saldos em		Atualização		Saldos em
	31/12/2012	Constituições	Amortizações	Monetária	31/12/2013	Constituições	Amortizações	Monetária	31/12/2014
<b>Circulante</b>									
Riscos não Expirados .....	70	3	(73)	-	-	-	-	-	-
Riscos não Expirados - RVNE.....	7	8	(15)	-	-	-	-	-	-
Prêmios não Ganhos .....	-	468	(121)	-	347	177	(204)	-	320
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	-	75	(51)	-	24	58	(56)	-	26
Oscilação de Riscos .....	92	-	(92)	-	-	-	-	-	-
Benefícios a Conceder.....	353.151	78.845	(39.397)	3.444	396.043	143.079	(91.576)	36.678	484.224
Benefícios Concedidos.....	8.695	3.947	(2.280)	984	11.346	3.159	(2.710)	945	12.740
Benefícios a Regularizar.....	585	2.923	(3.908)	405	5	-	(5)	-	-
Sinistro a Liquidar.....	-	1.546	(958)	-	588	2.210	(114)	34	2.718
Excedente Financeiro.....	33	2	-	(35)	-	15	-	73	88
Oscilação Financeira .....	10	-	(10)	-	-	-	-	-	-
Eventos Ocorridos mas não Avsados.....	520	316	(96)	-	740	3.582	(1.094)	4	3.232
Provisão Complementar de Contribuição.....	36	5	(41)	-	-	-	-	-	-
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar .....	30.077	58.554	(55.665)	799	33.765	104.296	(99.053)	992	40.000
Outras Provisões Técnicas .....	-	1.527	(1.527)	-	-	-	-	-	-
	<b>393.276</b>	<b>148.219</b>	<b>(104.234)</b>	<b>5.597</b>	<b>442.858</b>	<b>256.576</b>	<b>(194.812)</b>	<b>38.726</b>	<b>543.348</b>
<b>Não Circulante</b>									
Benefícios a Conceder.....	2.857.320	637.924	(318.753)	27.797	3.204.288	1.157.641	(740.937)	296.821	3.917.813
Benefícios Concedidos.....	65.227	6.306	(4.444)	6.708	73.797	12.902	(8.375)	6.648	84.972
Insuficiência de Contribuição.....	26.189	5.103	(1.265)	(30.027)	-	-	-	-	-
Excedente Financeiro.....	7.371	31	(481)	435	7.356	4	(480)	691	7.571
Provisão para Despesas Administrativas .....	638	120	(758)	-	-	-	-	-	-
Provisão de Despesas Relacionadas.....	-	753	(26)	-	727	241	(157)	-	811
	<b>2.956.745</b>	<b>650.237</b>	<b>(325.727)</b>	<b>4.913</b>	<b>3.286.168</b>	<b>1.170.788</b>	<b>(749.949)</b>	<b>304.160</b>	<b>4.011.167</b>

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em
	31/12/2012	Constituições	Amortizações	31/12/2013	Constituições	Amortizações	31/12/2014
Circulante.....	2.565	388	(105)	2.848	7.940	(7.764)	3.024
Não Circulante.....	14.992	2.398	(1.413)	15.977	4.104	(964)	19.117
	<b>17.557</b>	<b>2.786</b>	<b>(1.518)</b>	<b>18.825</b>	<b>12.044</b>	<b>(8.728)</b>	<b>22.141</b>

## 15. PROVISÕES TÉCNICAS – CAPITALIZAÇÃO

	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2013	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2014
Provisão Matemática para Resgates.....	1.122.282	527.577	(1.709.100)	59.241	-	-	-	-	-
Provisão Matemática para Capitalização.....	-	1.029.018	(64.448)	4.657	969.227	610.420	(521.767)	68.959	1.126.839
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados.....	148.329	442.585	(431.184)	297	160.027	366.188	(373.995)	734	152.954
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos.....	113.790	349.630	(328.303)	228	135.345	127.315	(180.707)	688	82.641
<b>Provisão para Resgates.....</b>	<b>1.384.401</b>	<b>2.348.810</b>	<b>(2.533.035)</b>	<b>64.423</b>	<b>1.264.599</b>	<b>1.103.923</b>	<b>(1.076.469)</b>	<b>70.381</b>	<b>1.362.434</b>
Provisão para Sorteios a Realizar.....	93.814	81.740	(83.870)	614	92.298	72.636	(83.446)	377	81.865
Provisão de Sorteios a Pagar.....	41.312	51.607	(50.883)	1.292	43.328	53.324	(45.726)	1.104	52.030
<b>Provisão para Sorteios.....</b>	<b>135.126</b>	<b>133.347</b>	<b>(134.753)</b>	<b>1.906</b>	<b>135.626</b>	<b>125.960</b>	<b>(129.172)</b>	<b>1.481</b>	<b>133.895</b>
Provisão para Contingências .....	110.443	96.617	(210.316)	3.256	-	-	-	-	-
Provisão para Distribuição de Bônus .....	-	113.700	(5.251)	604	109.053	49.055	(38.365)	4.599	124.342
Provisão para Despesas Administrativas.....	2.166	490	(475)	-	2.181	568	(900)	-	1.849
<b>Outras Provisões.....</b>	<b>112.609</b>	<b>210.807</b>	<b>(216.042)</b>	<b>3.860</b>	<b>111.234</b>	<b>49.623</b>	<b>(39.265)</b>	<b>4.599</b>	<b>126.191</b>
<b>Total.....</b>	<b>1.632.136</b>	<b>2.692.964</b>	<b>(2.883.830)</b>	<b>70.189</b>	<b>1.511.459</b>	<b>1.279.506</b>	<b>(1.244.906)</b>	<b>76.461</b>	<b>1.622.520</b>

## 16. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Provisões Técnicas - Seguros, Previdência e Capitalização.....</b>	<b>10.593.745</b>	<b>9.055.434</b>
<b>Exclusão:</b>		
Provisões Técnicas - Resseguros.....	(17.946)	(8.316)
<b>Total a ser Coberto.....</b>	<b>10.575.799</b>	<b>9.047.118</b>
<b>Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas</b>		
Ações.....	417.965	443.012
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	857.542	1.021.969
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.787.134	1.305.561
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	2.805.211	2.594.357
Operações Compromissadas.....	1.792.902	1.141.345
Letras Financeiras - LF .....	799.421	504.518
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	404.040	412.835
Debêntures de Distribuição Pública.....	776.573	599.357
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE.....	51.985	28.127
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	5.805	6.282
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC.....	199.634	123.008
Fundos de Investimento de Renda Fixa.....	13.896	35.143
Fundos de Investimento Multimercado.....	2.997	3.339
Fundos de Investimento Referenciado - RF.....	3.636	178.783
Fundos de Investimento de Curto Prazo.....	938	1.100
Fundos de Investimento de Ações.....	12.434	32.438
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	608.679	616.693
Notas Promissórias.....	34.137	-
Outras Aplicações.....	886	(749)
<b>Total</b>	<b>10.575.815</b>	<b>9.047.118</b>
<b>Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reserva</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	8.524	4.823
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	92	82
Operações Compromissadas.....	13.300	1.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	54.902	336
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE.....	-	11.010
Debêntures de Distribuição Pública.....	4.724	4.443
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	10.882	10.408
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	20.348	-
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	152.807	240.964
Outras Aplicações.....	1.274	(700)
<b>Total</b>	<b>266.853</b>	<b>272.411</b>
<b>Excesso de Ativos não Vinculados a Cobertura de Reserva</b>		
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	32.802	1.220
<b>Total</b>	<b>32.802</b>	<b>1.220</b>
<b>Ativos Bloqueio Judicial</b>		
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	4.288	1.259
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	4.375	3.472
<b>Total</b>	<b>8.663</b>	<b>4.731</b>
<b>Total de Aplicações</b>	<b>10.884.133</b>	<b>9.325.480</b>

## 16.1 Teste de Sensibilidade – Previdência

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de Juros	Aumento e redução de 1%a.a. na taxa de Desconto (ETTJ)
Desistência	Aumento e redução de 10% na taxa de Desistência
Longevidade	Aumento e agravo de 10% na taxa de Sobrevivência
Conversão em Renda	Aumento e redução de 5%a.a. na premissa de Conversão em Renda

Os testes de sensibilidade, descritos acima, foram realizados e não houve impacto no resultado e no patrimônio líquido após impostos e contribuições. A Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ, calculada e disponibilizada pela SUSEP, é utilizada para descontar os fluxos de caixa apurados por meio do Teste de Adequação de Passivo – TAP. (vide nota 3.8)

## 17. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

### 17.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros e benefícios de seguros, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	842	92.106	92.106	744	77.177	76.847
Possível.....	1.195	106.351	-	864	86.757	-
Remota.....	235	23.956	-	229	20.651	-
<b>Total</b>	<b>2.272</b>	<b>222.413</b>	<b>92.106</b>	<b>1.837</b>	<b>184.585</b>	<b>76.847</b>

Causas Cíveis - exceto as relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	458	14.767	14.767	778	13.545	13.529
Possível.....	818	55.243	-	904	62.149	-
Remota.....	107	10.493	-	111	15.152	-
<b>Total</b>	<b>1.383</b>	<b>80.503</b>	<b>14.767</b>	<b>1.793</b>	<b>90.846</b>	<b>13.529</b>

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	33	3.052	3.052	29	3.548	3.548
Possível.....	69	4.114	-	75	3.381	-
Remota.....	24	2.850	-	22	1.885	-
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>10.016</b>	<b>3.052</b>	<b>126</b>	<b>8.814</b>	<b>3.548</b>

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	8	540	540	8	539	538
Possível.....	125	65.024	-	124	50.622	-
Remota.....	4	1.687	-	3	1.591	-
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>67.251</b>	<b>540</b>	<b>135</b>	<b>52.752</b>	<b>538</b>

\* O valor provisionado das causas cíveis com probabilidade de perda provável difere do valor estimado do risco devido a pagamentos parciais efetuados.



Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Fiscais</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012.....</b>	<b>84.845</b>	<b>4.185</b>	<b>537</b>
Causas Adicionais.....	10.602	-	-
Causas Baixadas.....	(39.125)	(399)	-
Causas Ajustadas (*).....	34.054	(238)	1
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013.....</b>	<b>90.376</b>	<b>3.548</b>	<b>538</b>
Causas Adicionais.....	11.728	193	6
Causas Baixadas.....	(33.822)	(391)	(4)
Causas Ajustadas (*).....	38.591	(298)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014.....</b>	<b>106.873</b>	<b>3.052</b>	<b>540</b>

(\*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária.

## 17.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
CSLL Majorada.....	55.743	39.893
PIS Exigibilidade Suspensa.....	26.310	23.427
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	85.396	72.463
Outras Contas a Pagar.....	45.569	8.650
<b>Total Não Circulante</b>	<b>213.018</b>	<b>144.433</b>

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Icatu Seguros S.A

Resumo do Pedido	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial	Provisão
MS nº200851010280294. Questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº11.727/2008.	Possível	Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF.	Valor atualizado em R\$26.206 (R\$17.224 em 2013)	Obrigação fiscal de R\$ 21.909 (R\$ 13.834 em 2013)
MS nº200551010115038 e MS nº201151010033083. Pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela RFB e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº9.718/98.	Possível	O Recurso Especial Interposto na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. No STF e STJ. Em 2011 impetramos o MS 201151010033083 para obtenção da CND. Decisão favorável transitada em julgado. Estamos aguardando decisão judicial para transferência dos DJs para o MS principal.	Valor atualizado em R\$74.143, sendo R\$63.843 COFINS e R\$10.300 PIS (R\$62.274, sendo R\$53.628 COFINS e R\$8.649 PIS em 2013)	Obrigação fiscal de R\$ 71.402 e R\$ 11.604 (R\$ 61.260 e R\$ 9.956 em 2013)
MS nº9800222316. Discute o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97).	Provável	A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução será feita a conversão do valor do DJ em renda em favor da União Federal.	valor atualizado de R\$5.875 (R\$5.643 em 2013)	Obrigação fiscal de R\$ 4.773 (R\$ 4.542 em 2013)
Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615. Questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR)	Provável	Aguardando o julgamento no STF.	Valor atualizado de R\$8.262 (R\$ 7.706 em 2013)	Obrigação fiscal de R\$ 6.499 (R\$ 6.041 em 2013)
MS nº200551010109154. Questiona a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life	Possível	2ª instância para julgar recurso da Companhia.	valor atualizado de R\$585 (R\$668 em 2013)	Não há provisão

## Icatu Capitalização S.A

Resumo do Pedido	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial	Provisão
MS nº200851010280294. Questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº11.727/2008.	Possível	Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF.	R\$36.088 (R\$28.130 em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$32.649 (R\$ 25.133 em 2013)
MS nº200551010115038 e MS nº201151010033083. Pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela RFB e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº9.718/98.	Possível	O Recurso Especial interposto na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. No STF e STJ. Em 2011 impetramos o MS 201151010033083 para obtenção da CND. Decisão favorável transitada em julgado. Estamos aguardando decisão judicial para transferência dos DJs para o MS principal.	R\$16.750, sendo R\$14.424 COFINS e R\$2.326 PIS (R\$12.969 sendo R\$11.170 COFINS e R\$1.799 PIS em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$1.985 PIS (R\$ 1.604 PIS em 2013) e R\$12.221 COFINS (R\$ 9.868 COFINS em 2013)
MS nº9800222316. Discute o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97).	Provável	A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução será feita a conversão do valor do DJ em renda em favor da União Federal.	R\$1.522 (R\$1.442 em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$974 (R\$ 893 em 2013)
Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615. Questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR)	Provável	Aguardando o julgamento no STF.	R\$71 (R\$67 em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$68 (R\$ 63 em 2013)

## Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Resumo do Pedido	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial	Provisão
MS nº200851010280294. Questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº11.727/2008.	Possível	Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF.	Valor atualizado em R\$598 (R\$495 em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$566 (R\$467 em 12/2013)
MS nº200551010115038 e MS nº201151010033083. Pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela RFB e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº9.718/98.	Possível	O Recurso Especial interposto na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. No STF e STJ. Em 2011 impetramos o MS 201151010033083 para obtenção da CND. Decisão favorável transitada em julgado. Estamos aguardando decisão judicial para transferência dos DJs para o MS principal.	Valor atualizado em R\$910, sendo R\$785 COFINS e R\$126 PIS (R\$735 sendo R\$633 COFINS e R\$102 PIS em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$867, sendo R\$746 COFINS e R\$121 PIS (R\$704 sendo R\$606 COFINS e R\$98 PIS em 12/2013)
Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615. Questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR)	Provável	Aguardando o julgamento no STF.	Valor atualizado em R\$135 (R\$126 em 12/2013)	Obrigação fiscal de R\$ 120 (R\$112 em 12/2013)

## Rio Grande Seguros e Previdência S.A

Resumo do Pedido	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial	Provisão
MS nº200851010280294. Questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº11.727/2008.	Possível	Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF.	R\$646 (R\$481 em 12/2013)	R\$619 (R\$461 em 12/2013)
MS nº200551010109154. Questiona a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life	Possível	2ª instância para julgar recurso da Companhia.	Valor atualizado de R\$588 (R\$555 em 12/2013)	Não há provisão
MS nº200751010008693. Pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência dessas contribuições, nos termos da referida Lei.	Possível	Interposto Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF).	R\$247 (inexistia em 12/2013)	R\$1.194 (R\$846 em 12/2013)

### 17.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis.....	16.435	15.894
Trabalhistas.....	2.809	2.664
Fiscais.....	174.568	138.891
Outros.....	95	173
	<u>193.907</u>	<u>157.622</u>

A Companhia apresenta depósitos judiciais relacionados a causas com probabilidade de perda provável conforme demonstramos abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis.....	8.423	8.593
Trabalhistas.....	1.886	1.788
Fiscais.....	15.895	15.012
	<u>26.204</u>	<u>25.393</u>

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 18.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

#### 18.2 Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

#### 18.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social.

Em 31 de março de 2014, através de Assembleia Geral Ordinária, foram declarados pela controladora dividendos no valor de R\$ 50.000 da conta de reserva estatutária que foram pagos em julho de 2014.

Em 26 de novembro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária, foram declarados pela controlada Icatu Capitalização S.A dividendos no valor de R\$ 30.000, sendo R\$ 6.565 da conta de reserva estatutária e R\$ 23.435 da conta de lucros acumulados que foram pagos em 24 de novembro de 2014 por conta e ordem a Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda. para aumento de Capital Social.

A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros do exercício para as demais empresas controladas.

#### 18.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, a Companhia considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas coligadas e controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Patrimônio Líquido.....	823.273	632.567
Participação Coligadas e Controladas (Nacional) 100%.....	(334.668)	(205.794)
Participação Coligadas e Controladas (Estrangeira) 100%.....	(107)	(107)
Despesas Antecipadas.....	(4)	(9)
Ativos Intangíveis.....	(132.829)	(29.131)
Obras de Arte.....	(92)	(92)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>355.573</b>	<b>397.434</b>
<b>Capital Base (CB).....</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Capital de Risco de Crédito.....	38.959	36.842
Capital de Risco de Subscrição.....	276.327	239.553
Capital de Risco - Redução por correlação.....	(17.562)	(16.455)
Capital de Risco - Operacional.....	7.389	6.207
<b>Capital de Risco (CR) / Capital Adicional (CA)</b>	<b>305.113</b>	<b>266.147</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (MAX(CB,CA,MS) - CMR)</b>	<b>305.113</b>	<b>266.147</b>
<b>Suficiência</b>	<b>50.460</b>	<b>131.287</b>

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Companhia é superior ao valor do Capital Mínimo Requerido (CMR), calculado de acordo com os critérios definidos pela legislação vigente. Desta forma, a Companhia possui capital suficiente para cumprir todas as exigências das normas em vigor.

Em 01 de janeiro de 2014 foi publicada a Resolução CNSP 302/2013, que revogou a 282/2013. Alterou a forma de apuração do Capital Mínimo Requerido que passou a ser igual ao maior valor entre o Capital de Risco (CR) e o Capital Base (CB).

### 20. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como se segue:

	<b>Contas a Receber (Pagar)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a receber</b>	<b>Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos</b>
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	9.316	39.228
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	5.521	10.836
BMG Seguradora S.A.....	-	-	363	194
Administradores.....	-	(15.509)	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(2.339)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>(17.848)</b>	<b>15.200</b>	<b>50.258</b>
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	8.698	34.263
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	-	32.984
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.....	-	13	-	-
Administradores.....	-	(7.505)	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(2.529)	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.....	1.378	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.378</b>	<b>(10.021)</b>	<b>8.698</b>	<b>67.247</b>

As operações com partes relacionadas referem-se basicamente a:

- As operações com o Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado referem-se a contribuições definidas relativas ao plano de aposentadoria dos funcionários da Companhia, conforme nota 20. As contribuições definidas são liquidadas mensalmente, conforme regulamento do plano registrado na Secretaria de Previdência Complementar;
- As transações com os Administradores da Companhia referem-se aos honorários recebidos e/ou a receber por estes a título de benefícios e remuneração; Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros.
- Consórcio DPVAT – As receitas e as respectivas despesas são contabilizadas na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT S.A.(Seguradora Líder).

## 21. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As contribuições ao Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade de previdência complementar fechada, montaram a R\$2.529 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.339 em 2013), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Companhia e suas controladas, destinados a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. Para as contribuições referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi utilizado fundo de previdência acumulado.

## 22. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO – SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2014			31/12/2013		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Vida em Grupo.....	603.799	56,8%	23,9%	521.415	45,1%	26,3%
Prestamistas.....	326.848	27,5%	22,6%	171.456	47,2%	8,9%
DPVAT.....	117.806	87,5%	1,4%	115.883	84,2%	1,4%
Acidentes Pessoais.....	31.418	13,8%	20,1%	23.810	16,1%	17,3%
Vida Individual.....	41.293	2,4%	15,5%	34.850	16,6%	15,7%
Outros	11.086	61,8%	12,3%	9.752	28,1%	15,2%
<b>Total</b>	<b>1.132.250</b>	<b>48,4%</b>	<b>20,6%</b>	<b>877.166</b>	<b>48,6%</b>	<b>18,8%</b>

## 23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Sinistros Ocorridos</b>	<b>(548.053)</b>	<b>(429.588)</b>
Indenizações Avisadas.....	(373.784)	(394.399)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(81.301)	(74.460)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(68.001)	63.015
Despesas com Sinistros.....	(26.453)	(20.647)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBl.....	(6.259)	(4.358)
Recuperação de Sinistros.....	15.085	7.566
Outras Despesas com Sinistros.....	(7.340)	(6.305)
<b>Custos de Aquisição - Seguros</b>	<b>(233.690)</b>	<b>(165.250)</b>
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(273.796)	(194.764)
Recuperação de Comissões.....	15.416	3.628
Outras Despesas de Comercialização.....	216	(629)
Variação Comissões Diferidas.....	24.474	26.515
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros</b>	<b>(116.403)</b>	<b>(89.142)</b>
Despesas com Cobrança.....	(7.125)	(6.662)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(3.219)	(4.866)
Constituição de Provisão para Riscos de Créditos.....	(1.952)	333
Despesas com Administração Apólice.....	(98.917)	(66.133)
Prestação de Serviço Ativo.....	(19.124)	(16.640)
Receitas c/ Operações Seguros.....	11.133	4.065
Despesas c/ Operações Seguros.....	(19.370)	(15.651)
Recuperação Custo Emissão Apólice.....	-	1.183
Receita com serviços prestados (controladas).....	26.459	7.642
Receita com títulos aderente.....	-	12.893
Lucros Atribuídos.....	-	(226)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(4.288)	(5.080)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização</b>	<b>12.496</b>	<b>(2.095)</b>
Prescrição de Títulos de Capitalização.....	28.146	14.003
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	11.394	9.101
Prestação de Serviço Ativo.....	(26.513)	(24.249)
Provisão para Contingências Cíveis.....	(352)	(935)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	(179)	(15)
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência</b>	<b>(378)</b>	<b>(576)</b>
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(355)	(348)
Prestação de Serviço Ativo.....	-	(50)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(23)	(178)
<b>Custos de Aquisição - Previdência</b>	<b>(10.649)</b>	<b>(12.655)</b>
Despesas de Corretagem.....	(11.220)	(10.895)
Despesas de Agenciamento.....	(841)	(1.003)
Variação de Despesas de Corretagem e Agenciamento.....	3.315	1.268
Outras Despesas de Comercialização.....	(1.903)	(2.025)
<b>Custos de aquisição - Capitalização</b>	<b>(58.280)</b>	<b>(61.472)</b>
Despesas de Corretagem.....	(54.767)	(57.218)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(2.375)	(2.121)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(1.138)	(2.133)

<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(336.187)</b>	<b>(276.197)</b>
Pessoal Próprio.....	(140.557)	(127.365)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas.....	252	(411)
Serviços de Terceiros.....	(45.083)	(39.207)
Localização e Funcionamento.....	(79.484)	(61.446)
Publicidade e Propaganda.....	(19.748)	(16.184)
Convênio DPVAT.....	(4.942)	(4.900)
Participação nos resultados.....	(42.598)	(21.517)
Outras Despesas Administrativas.....	(4.027)	(5.167)
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>(64.323)</b>	<b>(46.336)</b>
Impostos.....	(2.348)	(3.832)
Provisão para Contingências Fiscais.....	-	(174)
COFINS.....	(48.734)	(32.134)
PIS.....	(8.706)	(5.818)
Taxa de Fiscalização.....	(4.045)	(3.942)
Outras Despesas com Tributos.....	(490)	(436)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>182.157</b>	<b>76.410</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>1.275.119</b>	<b>736.954</b>
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	1.094.944	637.647
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	105.677	49.968
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	11.012	6.971
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	28.957	22.796
Convênio DPVAT.....	13.093	8.746
Juros sobre Capital Próprio.....	-	7.556
Outras Receitas Financeiras.....	21.436	3.270
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.092.962)</b>	<b>(660.544)</b>
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(342.886)	(10.510)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização.....	(76.461)	(70.189)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(361.130)	(84.957)
Amortização da Provisão Técnica de Excedente Financeiro.....	462	447
Títulos de Renda Variável.....	(305.405)	(479.993)
Títulos de Renda Fixa.....	(3.678)	(5.469)
Outras Despesas Financeiras.....	(3.864)	(9.873)

## 24. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Conforme contrato firmado, foram cedidos os direitos de exploração do balcão do Banco Nossa Caixa – BNC à BRASILCAP Capitalização S.A.. O valor da operação foi de R\$ 61.664, registrado na rubrica “Outros Créditos a Receber” em contrapartida da conta de “Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes” e a respectiva atualização monetária no valor de R\$ 5.860, em “Outras Receitas Financeiras”. A quitação será em quatro parcelas anuais e consecutivas vincendas no mês de agosto a partir do ano de 2015, corrigidas pela variação do CDI. Estão registradas no ativo não circulante e não circulante.

Em consonância com o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 1.598, de 1977, art. 31, § 2<sup>o</sup>, atualizado pela Lei n<sup>o</sup> 12.973 de 13 de maio de 2014, a receita decorrente da venda do direito de exploração foi ajustada para efeito de determinar o lucro real e a base de cálculo da contribuição social, a fim de reconhecer o lucro na proporção da parcela do preço recebida em cada período de apuração. Foi constituído o imposto de IRPJ e CSLL diferido de R\$ 27.009, registrado na rubrica “Tributos Diferidos”, relativa às parcelas não recebidas no período de apuração.

## 25. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos Impostos e Participações</b>	<b>350.773</b>	<b>350.773</b>	<b>157.897</b>	<b>157.897</b>
Participação nos Lucros	(42.598)	(42.598)	(21.517)	(21.517)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>308.175</b>	<b>308.175</b>	<b>136.380</b>	<b>136.380</b>
Equivalência Patrimonial	(90.308)	(90.308)	(61.842)	(61.842)
<b>ADIÇÕES</b>	<b>119.682</b>	<b>119.682</b>	<b>100.884</b>	<b>100.884</b>
Adição Permanente	9.299	9.299	9.370	9.370
Doações e Patrocínios Indedutíveis	-	-	76	76
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	18.541	18.541	17.600	17.600
Provisão para Excedente Técnico	6.535	6.535	8.625	8.625
Outras Provisões	21.239	21.239	16.064	16.064
Participações nos Lucros	42.592	42.592	21.508	21.508
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	15.819	15.819	26.830	26.830
Operações Swap	5.657	5.657	811	811
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>(146.335)</b>	<b>(146.335)</b>	<b>(153.712)</b>	<b>(153.446)</b>
Adição Permanente	-	-	(6.563)	(6.563)
Doações e Patrocínios Indedutíveis	(4)	(4)	-	-
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(17.615)	(17.615)	(17.368)	(17.368)
Provisão para Excedente Técnico	(8.734)	(8.734)	(9.474)	(9.474)
Outras Provisões	(16.761)	(16.761)	(60.545)	(60.545)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(13.878)	(13.878)	(26.348)	(26.144)
Participações nos Lucros	(21.817)	(21.817)	(33.414)	(33.352)
Dividendos Recebidos	(3)	(3)	-	-
Direitos de Longo Prazo	(67.523)	(67.523)	-	-
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>191.214</b>	<b>191.214</b>	<b>21.710</b>	<b>21.976</b>
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	(810)	(810)	(528)	(528)
<b>Lucro após as Compensações</b>	<b>190.404</b>	<b>190.404</b>	<b>21.182</b>	<b>21.448</b>
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(44.947)	(28.754)	(5.604)	(3.447)
Incentivos Fiscais	-	-	231	-
Ajustes Tributários de Exercícios Anteriores	309	193	-	(1.922)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	(9.590)	(5.863)	(12.579)	(7.783)
Provisão para Riscos sobre Créditos	-	-	(1.709)	(783)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(4.432)	-	(1.029)
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(54.228)</b>	<b>(38.856)</b>	<b>(19.661)</b>	<b>(14.964)</b>
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	<b>17,60%</b>	<b>12,61%</b>	<b>14,42%</b>	<b>10,97%</b>

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

O contrato de investimento firmado entre a Icatu Seguros e o Banco Banrisul, para exclusividade na venda de produtos de seguros de pessoas e previdência, foi devidamente aprovado pelo BACEN ( Banco Central do Brasil ), Ofício 18535/2014/BCB/DEORF/DIFIN, recebido em 24.11.2014 e CADE ( Conselho Administrativo de Defesa Econômica ), Parecer Técnico nº 375 – Superintendência Geral, transitado em julgado em 27.11.2014. No dia 28.01.2015, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) comunicou a aprovação prévia da reestruturação societária da Rio Grande Seguros e Previdência S. A., Carta nº 361/2014/SUSEP-SEGER.



## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (“o Comitê”) do Grupo Icatu Seguros, formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas Icatu Capitalização S. A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (nova denominação da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência) e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, foi estabelecido de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), especialmente a Resolução CNSP no. 312, de 16 de junho de 2014.

O Comitê atua como suporte ao Conselho de Administração e, nessa função, tem como principais atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos das empresas do Grupo, a observância das normas e regimentos internos, a observância das exigências legais e regulamentares, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras e a atuação independente e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna.

### ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as principais atividades do Comitê foram:

- a) Reuniões com executivos e profissionais das áreas de operações, controladoria, contabilidade, ouvidoria, controles internos, *compliance*, jurídico contencioso e auditoria interna. O Comitê realizou ainda reuniões conjuntas com a Presidência e com o Conselho de Administração, e com os auditores independentes.
- b) Aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna e pelos auditores independentes.
- c) Aprovação da contratação dos auditores independentes, avaliação do planejamento de auditoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e avaliação do desempenho e da independência desses auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas a controles internos, sobre o cumprimento de dispositivos legais e registro e divulgação de informações contábeis.
- d) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração das empresas relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Companhia.
- e) Discussão com a Administração das empresas e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e *compliance* mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê recebeu também os Relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela SUSEP.

No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP no. 312/2014 e no seu Regimento Interno, o Comitê expressa o seguinte resultado de seu trabalho:

O sistema de controles internos do Grupo Icatu Seguros está estruturado para propiciar a efetividade de suas operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância de normas internas e externas. Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes e pela auditoria interna atendem aos objetivos a que se destinam. Os trabalhos executados pela auditoria interna estão em consonância com o planejamento aprovado pelo Comitê.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e tomou conhecimento dos relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros e sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

### **CONCLUSÃO**

Com base no resultado do trabalho desenvolvido diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas revisões e avaliações acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração aprovar a emissão das demonstrações financeiras individuais auditadas da Icatu Seguros S.A., da Icatu Capitalização S.A., da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (nova denominação da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência) e da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Icatu Seguros S. A. e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

José M. Matos Nicolau  
Presidente do Comitê

José Rubens Alonso  
Membro do Comitê

John Peter Richard James  
Membro do Comitê

**ICATU SEGUROS S.A.**

CNPJ: 42.283.770/0001-39

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

**Conselheiros**

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente**

Luciano Snel Corrêa

**Diretores**

Alexandre Petrone Vilardi

Mário José Gonzaga Petrelli

Cesar Luiz Salazar Saut

**Contador**

Carlos Alberto dos Santos Corrêa  
CRC-RJ nº 52.009/O-5

**Atuário**

Luciana da Silva Bastos  
MIBA nº 1064